

18 JUL 1985

O presidente José Sarney voltou a empregar palavras cuja significação só faz aumentar a preocupação da opinião pública. Em recente editorial, já havíamos manifestado nossa apreensão pelo emprego repetitivo de frases cheias de efeito: o Brasil não é risco econômico, mas sim político; a pior subversão é a que se realiza a partir do centro do poder. A essas, acrescentam-se, agora, as palavras que dirigiu aos governadores dos Estados: "É preciso negociar com as forças representativas da sociedade um programa de emergência que responda às dificuldades mais graves da hora. Sem essa adesão decidida dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores, estaremos diante do imprevisível".

Quando o presidente da República diz aos governadores dos Estados que ou há união em torno de programas de emergência ou não se pode prever o futuro, é porque tem informações a respeito de fatos intranquilizadores. Sua obrigação seria, pois, revelá-los para que, conhecida a tempo, a ameaça fosse conjurada. Não o fazendo, s. exa. corre o risco de cair no descredito, como aconteceu com os propagandistas do regime de Mao Tsé-tung, que a cada instante dirigiam uma "advertência séria" aos Estados Unidos; quando se chegou à de número 500, já estavam totalmente ridicularizadas. O imprevisível, o risco político, convença-se o chefe do governo, só acontecerá se a subversão instalar-se de fato no centro do poder, para usar palavras suas proferidas no Instituto dos Advogados do Brasil. Aliás, desse risco pode dizer-se que estamos livres, pois o general Leônidas Pires Gonçalves parece ter percebido o que se pretende fazer com a reforma agrária...

Deixando de lado esse pormenor, a reunião dos governadores com o presidente da República produziu aquilo que se esperava — nada. Melhor dizendo, os chefes dos Executivos estaduais, depois de haver onerado os cofres públicos (sangrado o bolso dos contribuintes) com o festival de nomeações dos últimos dias, conseguiram do presidente a promessa de que haverá maciça transferência de fundos para seus Estados. Seria o caso de perguntar se os cinco trilhões de cruzeiros do Fundo de Participação dos Estados e Municípios sairão das verbas já previstas ou serão aporte adicional de dinheiro. Se se configurar a primeira hipótese, os governadores nada terão recebido em troca do manifesto de mediana categoria política que acabaram redigindo; se se comprovar a segunda hipótese, se se tratar de aporte adicional, impõe-se a pergunta: de onde sairá esse dinheiro para pagar o festival de alegria dos governadores? De novos impostos lançados sobre a iniciativa privada (a derrama do século XX), ou de emissão de papel-moeda? No primeiro caso, o presidente retira da produção para pagar o funcionalismo; no segundo, taxa a população, na medida em que aumenta a inflação, para satisfazer a vontade eleitoral de alguns poucos senhores. Em suma, a República Velha — a de 1889 a 1930 — era mais digna do que a Nova; pelo menos, sabia preservar as aparências.

O drama do Brasil nesta quadra delicada é que os homens públicos perderam a idéia da grandeza nacional. O governador Franco Montoro, prestímoso articulador desse encontro, nem pode manifestar-se satisfeito com o resultado da multiplicação dos pães feita com o Fundo de Parti-

cipação, o que São Paulo dele recebe é insignificante, embora a parte da contribuição que lhe dá seja a maior. Os demais governadores não têm como esconder o fato de que se reuniram, deitaram manifesto e receberam a promessa de novas verbas da União para fortalecer a Federação. O presidente não terá como impedir que se analise sua fala, sem grandes vôos, nem como evitar que se tecam críticas à sua quase-mania de realizar obras e planos de emergência. Ao mesmo tempo, o resultado final do encontro não permite excluir a pergunta sobre o sentido profundo da fala do ministro Dornelles, que apenas deixou claro que permanecem em aberto todos os pontos cruciais da negociação com o FMI.

A ausência de grandeza manifesta-se todas as vezes que se menciona o Fundo Monetário Internacional. Ninguém fala em trabalhar ou em impor disciplina aos gastos públicos. A desordem no governo chega ao limite do intolerável: funcionários da Previdência estão em greve, paralisando hospitais e sendo responsáveis por mortes de pessoas do povo por omissão de socorro, enquanto o ministro da Previdência vai pedir às Forças Armadas que atendam em seus hospitais privativos aqueles que os funcionários civis se recusam a medicar. Por sua vez, o ministro do Trabalho não assina uma portaria declarando, como é de seu dever funcional, a ilegalidade da greve, primeira providência para que o ministro Waldyr Pires demita os faltosos e peça à polícia que indicie os criminosos. Por seu turno, o ministro da Reforma Agrária insiste em afirmar que há paixão no debate, enquanto o ministro do Exército se preocupa com o

tom revanchista do delegado do Inca quando anuncia a ocupação de terrenos da Arma de terra no Rio Grande do Sul. Olhando tudo calma e serenamente, o ministro da Justiça diz que não tem como controlar as guardas privadas de segurança e pretende entregá-las ao Ministério do Exército. Do Olimpo, o presidente Sarney fecha o círculo, prevendo... o "imprevisível"!!!

Ora, é tempo de o governo deixar seus conflitos interiores e lançar-se à tarefa de impor ordem à administração, cuidar da população que, depois de morrer à mingua, morre agora porque os funcionários públicos não a atendem, cortar as despesas de custeio das estatais e da própria administração direta e oferecer à Nação não um plano de emergência, mas um plano de governo do qual transpareça a grandeza e a austeridade que foram a marca do governo de Castello Branco. É tempo também de o presidente da República, consciente do poder que lhe confere a Constituição e a tradição republicana, associar o Congresso a seus planos de governo. Um Congresso modificado em seus costumes e que se disponha a fazer do período que se abrirá a partir de segunda-feira — quando se saberá, finalmente, o que o presidente José Sarney pretende realizar — o período da reconstrução nacional.

A Nação está à espera de que lhe digam a que veio este governo. Para não causar cruel decepção, não pode o presidente Sarney contentar-se com os elogios e os ditos cortesãos; deve, isto sim, enfrentar o difícil caminho que têm de percorrer os que estão dispostos a pôr ordem no quase-chaos em que se debate a Nação.